

Alô, ministro Dyogo...

Há meses, o Iphan e o MinC concordaram com a cessão do espaço da Casa da Leitura, em Laranjeiras. Mas o processo empacou. Não se sabe o por quê. É que se informa no Ministério do Planejamento, comandado por Dyogo Oliveira.

Governo vai liberar R\$ 2 bilhões para municípios em dificuldades

Marun cobra "responsabilidade" e apoio à reforma da Previdência

Eduardo Barretto e Bárbara Nascimento

-Brasília- O presidente Michel Temer pagou ontem mais uma fatura do apoio para tentar aprovar a reforma da Previdência. Uma medida provisória (MP) vai liberar R\$ 2 bilhões para municípios com "dificuldades financeiras emergenciais". A ideia é que os recursos sejam investidos preferencialmente nas áreas de saúde e educação. A transferência foi anunciada na mesma semana em que o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, declarou que governadores e prefeitos que quiserem ter acesso a recursos públicos devem dar suporte às mudanças propostas nas aposentadorias.

As declarações de Marun foram duramente criticadas por governadores do Nordeste, o que fez com que o ministro recuasse e

dissesse que não houve condicionamento da liberação de dinheiro ao apoio à reforma. Mesmo assim, ontem, ele voltou a cobrar "responsabilidade" dos entes beneficiados: — Aqueles (municípios) que tiverem responsabilidade, que nos auxiliem (na aprovação da reforma). Aqueles que não, obviamente lamentamos. Mas isso não interfere na distribuição.

Na terça-feira, ele havia afirmado que financiamentos de bancos públicos são "ações de governo" e defendeu que fosse discutido com os governadores "alguma reciprocidade no sentido de que seja aprovada a reforma da Previdência".

Ontem, ele desafiou a acharem, em entrevistas anteriores, o trecho em que essa condicionante foi feita: — A entrevista está disponível. Mostrem lá onde eu falei. Separem naquela entrevista o trecho onde eu digo que está condicionado ao apoio da reforma qualquer ação governamental. Não vão achar. É

igual ao nazismo, uma mentira que é repetida a exaustão acaba se transformando em verdade.

O ministro afirmou que a nova MP reconhece a "penúria" fiscal dos municípios desde 2015. Integrantes da equipe econômica, por sua vez, manifestaram preocupação com a medida. Os R\$ 2 bilhões que serão liberados têm impacto direto sobre as contas públicas de 2018 e ainda não estão previstos no Orçamento do ano que vem. Na transferência dos R\$ 2 bilhões às prefeituras, será considerada a proporção a ser aplicada do Fundo de Participação dos Municípios de 2018.

Marun disse ainda que o número de votos à reforma aumentou "assustadoramente" e "começou quase a sobrar"! A emenda à Constituição para mudar aposentadorias e pensões está pronta para ir ao plenário da Câmara desde maio, mas o governo não conseguiu apoio a contento neste ano. A ideia agora é votar o texto em fevereiro no plenário da Câmara.

Governo libera quase R\$ 1 bi para obras

O Ministério das Cidades anunciou ontem contratos no valor de R\$ 951,3 milhões para financiamento de obras de saneamento em quatro estados. Serão beneficiadas 24 cidades de Rio Grande do Sul, Goiás, Pernambuco e Espírito Santo.

Os financiamentos serão autorizados pela Caixa Econômica Federal e utilizarão recursos do FGTS. A maior parcela será destinada ao estado de Goiás. Foi autorizado um empréstimo de R\$ 341,4 milhões à companhia estadual Saneago para dois projetos de abastecimento de água.

Mínimo tem reajuste abaixo da inflação

GUSTAVO URIBE
MARIANA CARNEIRO
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer assinou decreto concedendo reajuste para o salário mínimo de 2018 abaixo da inflação. O valor é também inferior ao que está previsto no Orçamento do ano que vem. Com a diferença, o governo prevê economizar R\$ 3,4 bilhões.

O piso será corrigido dos atuais R\$ 937 para R\$ 954 —reajuste de 1,81%. A projeção do governo, no entanto, é que a inflação de 2017 medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) fique em 1,88%. O número oficial sai no dia 10 de janeiro.

A atual regra de correção do salário mínimo, que

expira em 2019, prevê que o piso seja reajustado de acordo com o aumento do PIB de dois anos atrás mais a inflação do ano anterior.

No caso de 2018, o PIB não é levado em consideração, pois em 2016 a economia encolheu 3,5%.

A diferença (para menos) na parcela atribuída à inflação resultará em um desconto de R\$ 1,41 no valor do mínimo em 2018.

Como o salário mínimo também é referência para benefícios sociais e aposentadorias, o governo vai economizar com um piso abaixo do que previa no Orçamento. O reajuste menor vai produzir uma redução nas despesas previstas para 2018 de pelo menos R\$ 3,4 bilhões.

União, Estados e municípios perdem R\$ 9 bi com benefício para empresas

Contas públicas. Sem alarde, Congresso derrubou um veto presidencial e concedeu abatimento na cobrança de tributos federais que incidem sobre incentivos fiscais oferecidos por governadores a empresas; mudança não estava prevista no Orçamento de 2018

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli/BRASÍLIA

Um erro estratégico de articulação política do governo federal fará União, Estados e municípios perderem R\$ 9,3 bilhões em arrecadação de tributos em 2018. No mês passado, deputados e senadores derrubaram um veto presidencial na lei que validou incentivos fiscais estaduais concedidos por meio do ICMS às empresas. Sem alarde, o Congresso concedeu às empresas abatimento na cobrança de tributos federais sobre esses incentivos. Como consequência direta, haverá um impacto na arrecadação que não estava previsto no orçamento. Apesar dos sucessivos alertas feitos por técnicos do Ministério da Fazenda, o Congresso derrubou – em meio a uma maratona de votações de vetos presidenciais, em novembro – a rejeição do presidente Michel Temer a um artigo da lei 160, sobre incentivos fiscais estaduais.

Justamente tentando impedir a perda de arrecadação, o presidente havia vetado o trecho da lei que

equiparava o benefício fiscal dado pelos Estados a um incentivo para investimento. Com esse tratamento diferenciado, as empresas pagam menos tributos, inclusive o Imposto de Renda – que é compartilhado pela União com Estados e municípios. Historicamente, o governo arrecada impostos sobre esses benefícios fiscais. Para a ex-secretária Fazenda do Estado de Goiás, Ana Carla Abrão, a derrubada do veto provocou uma “aberração” que vai contra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) porque trata renúncia fiscal como investimento para fins tributários. Na sua avaliação, há dois riscos: os estados abrem mão de arrecadação do IR e há banalização dos incentivos sem que o seu real impacto tenha sido medido. A perda de R\$ 9,3 bilhões na arrecadação não está prevista no Orçamento de 2018 e agora terá de ser compensada com outras medidas, segundo informou uma fonte da área econômica. O problema, no entanto, não foi propalado pelo governo – que também não conseguiu aprovar nenhuma medida do pacote fiscal lançado em agosto para reforçar o Orçamento de 2018, inclusive o congelamento do aumento dos salários dos servidores.

O veto foi derrubado em novembro, decisão que foi apoiada por governos estaduais, atendendo a uma pressão das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais com o ICMS. Na contramão da

pressão dos Estados para tentar arrancar do governo federal novos repasses para reforçar seus caixas, os governadores acabaram traçando uma estratégia que trouxe mais prejuízo do que ganhos para a sua arrecadação em 2018. Articulação. Enquanto o maior esforço dos governadores foi garantir a transferência de R\$ 1,9 bilhão referente à compensação pela desoneração do ICMS em exportações, outras medidas que dependiam do Congresso e cuja arrecadação seria dividida com os Estados e municípios acabaram não sendo votadas (leia mais ao lado). A estratégia do governo federal agora, segundo uma fonte, é melhorar articulação com os governadores e prefeitos para ajudar na aprovação das medidas fiscais em 2018 e dar mais alívio para as finanças dos governos regionais.

Outras medidas têm impacto de R\$ 7,6 bi nas contas estaduais

Medidas que poderiam melhorar as contas dos Estados no ano que vem acabaram não entrando em vigor, gerando um impacto negativo na conta dos governos estaduais de ao menos R\$ 7,6 bilhões. Os governadores não se beneficiarão, por exemplo, do incremento na arrecadação esperada com a mudança na tributação de fundos exclusivos, voltados a investidores de alta renda. A medida precisava ser aprovada pelo Congresso ainda este





ano para valer em 2018, e se esperava menor resistência à votação por se tratar de uma iniciativa que taxa os mais ricos. A estimativa era de que Estados e municípios ficassem em 2018 com cerca de R\$ 5,8 bilhões (pouco menos da metade só para governos estaduais), enquanto a União, com aproximadamente R\$ 6 bilhões.

Na melhor das hipóteses, a medida só poderá valer em 2019 caso seja aprovada no ano que vem. A decisão do Supremo Tribunal Federal de suspender a elevação da contribuição previdenciária de servidores de 11% para 14% também afetou os Estados. Embora a medida atinja diretamente apenas o funcionalismo federal, há um efeito cascata. A Constituição determina que a alíquota previdenciária cobrada dos servidores da União seja o piso para Estados e municípios. Essa elevação incrementaria a arrecadação dos Estados em R\$ 1,8 bilhão.

Temer libera R\$ 2 bilhões para municípios

Dinheiro deve ser usado em áreas de saúde e educação; governo diz que terá de retirar recursos de outras áreas

O presidente Michel Temer assinou ontem Medida Provisória liberando R\$ 2 bilhões da União para municípios em dificuldades financeiras emergenciais, que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O dinheiro só será transferido no exercício de 2018 e deverá ser aplicado preferencialmente nas áreas de saúde e educação. Para repassar os recursos aos prefeitos, o governo terá de reduzir despesas em outras áreas, admitiu o Ministério do Planejamento em resposta ao Broadcast/Estadão. Segundo o Planejamento, haverá a redução correspondente de despesas, ou seja, um deslocamento de recursos de uma área para outra. A intenção do governo era repassar os recursos ainda em 2017, por meio de abertura de crédito extraordinário. Mas, com receio de incorrer em crime de responsabilidade fiscal caso todas as prefeituras fossem atendidas, o governo acabou determinando a liberação dos recursos em 2018.

Para arrefecer o desgaste com a Confederação Nacional dos

Municípios (CNM) e tentar reforçar que o governo manteve seu compromisso com prefeituras, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, destacou, em entrevista coletiva, que com a edição da MP Temer cumpre a promessa que havia feito aos prefeitos. O ministro, no entanto, não soube informar de onde virão os recursos e disse que o orçamento do ano que vem será readequado para garantir o repasse. “Ainda não foi definido a forma de alocação desses recursos”, disse. Apesar de ressaltar que, com a MP, o governo demonstra seu apoio aos municípios, o ministro admitiu que a liberação dos R\$ 2 bilhões só acontecerá “em fevereiro ou março” depois da aprovação do projeto de lei pelo Congresso. “Não estamos aqui para cometer qualquer ato que já levou a grandes problemas e questões no Brasil. Não podemos esquecer que existe uma Lei Orçamentária que precisa ser cumprida”, afirmou. A promessa do repasse dos R\$ 2 bilhões às prefeituras foi feita por Temer em novembro, durante reunião no Planalto com prefeitos e ministros, em plena negociação pela retomada da votação da reforma da Previdência. /

CARLA ARAÚJO, FELIPE
FRAZÃO E ADRIANA
FERNANDES

Marun chama de nazista quem o acusa de chantagem

Fernando Nakagawa
Julia Lindner/BRASÍLIA

O ministro da secretaria de Governo, Carlos Marun, comparou a nazistas aqueles que estariam propagando “duas mentiras” sobre sua recente declaração que relacionou o apoio à reforma da Previdência à liberação de crédito dos bancos públicos. “É como o nazismo em que uma mentira que se repete à exaustão e se transforma em verdade”, disse Marun em evento ontem em Brasília. A polêmica envolvendo Marun virou o principal tema da cerimônia, programada para assinar contratos de financiamento com quatro empresas estaduais de saneamento básico. Segundo o ministro, a solenidade era a prova de que o governo não está chantageando governadores em troca de apoio à reforma da Previdência. Durante o evento, o ministro Alexandre Baldy (Cidades) e o governador Marconi Perillo (GO) saíram em defesa de Marun.

O ministro disse que há uma “trajetória de hipocrisia e mentira que tenta se estabelecer com muita força”. As mentiras estariam sendo determinadas pela propagação do discurso “politicamente correto”, disse. Para Marun, a primeira mentira é que “a Caixa é só um banco, como é o Bradesco”. “A Caixa existe para executar políticas públicas”, disse. “A outra mentira é que eu estaria chantageando, condicionando (a liberação de crédito dos bancos públicos)”, disse o ministro, que exortou quem o acusa a “mostrar, separar naquela entrevista” sua fala sobre a chantagem: “Não vão achar.”. Apesar de rechaçar a hipótese de condicionamento da votação da Previdência à liberação de crédito, o ministro disse que o governo não deixará de pedir apoio à reforma. “Eu não abrirei mão de pleitear a todos os agentes essa ação, que é a aprovação da reforma.”

E Temer sobreviveu

JOÃO DOMINGOS

Consiga ou não aprovar a reforma da Previdência no ano que vem, o certo é que o presidente Michel Temer já fez muita coisa dentro do que ele se propôs a fazer, tendo por base o documento “Uma ponte para o futuro”, lançado pelo PMDB no final de 2015. Só para citar alguns exemplos do que já fez, Temer conseguiu aprovar o teto de gastos para o setor público, a reforma trabalhista, a lei que regulamentou a terceirização, o fim da obrigatoriedade de a Petrobrás participar de todos os empreendimentos do pré-sal, e assim vai. Portanto, se não conseguir levar à frente a reforma previdenciária, poderá sentir-se frustrado, mas não derrotado. Temer só conseguiu tudo o que conseguiu porque conhece o Congresso como poucos. Foi três vezes presidente da Câmara e líder do PMDB por anos, além de presidente da legenda por um tempão, cargo do qual só se afastou quando chegou à Presidência da República. Justamente por conhecer o Congresso muito bem, Temer optou por um governo congressional, um semipresidencialismo, como ele mesmo diz.

Mesmo com todas as vitórias, não se pode dizer que Temer não errou. Errou demais. A começar pela escolha do ministério político, um

ministério complicado. A assessoria jurídica de Temer também parece não ser das melhores. Como é que ela deixou passar, por exemplo, a portaria assinada pelo então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que mudou o conceito de trabalho escravo? E como é que deu aval para que Temer assinasse o decreto do indulto de Natal, que, segundo a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, favorece a impunidade? Tanto a portaria de Nogueira quanto o decreto de Temer foram revogados pelo STF, ou no todo, ou em parte. Mesmo que a assessoria jurídica do Palácio do Planalto ache que os dois documentos não têm nada de errado, ela não poderia autorizar a sua publicação sem tentar entender o que fariam a oposição, a Procuradoria-Geral da República e o próprio STF.

Voltando ao ministério de Temer. Se ele acertou na equipe econômica, com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, à frente, e conseguiu domar a inflação, reduzir os juros, fazer o País voltar ao caminho do crescimento econômico, mesmo que timidamente, a escolha da equipe política foi um desastre. Hoje, duas de suas escolhas para o ministério estão presas: Henrique Eduardo Alves e Geddel Vieira Lima, este com a inesquecível imagem das malas de dinheiro com mais de R\$ 51 milhões. Os dois eram da absoluta

confiança de Temer. Assim como os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco, investigados por problemas com a Operação Lava Jato. Escolhido ministro do Planejamento, o hoje presidente do PMDB, ou MDB, com a troca do nome, senador Romero Jucá (RR), ficou alguns dias no posto. Caiu por suspeita de tentar interferir na Lava Jato.

Do mesmo modo, o primeiro nomeado para o Ministério de Fiscalização, Transparência e Controle, Fabiano Augusto da Silveira. O ministro da Indústria Comércio Exterior, Marcos Pereira, é outro que costuma ser citado por delatores da Lava Jato, assim como Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia e Comunicação). Tem ainda a ministra Luislinda Valois, dos Direitos Humanos, que para os direitos humanos ainda não deixou nenhuma marca. Mas para os casos de vexames de um governo, contribuiu, a exemplo da tentativa de acumular salário de ministro e aposentadoria e usar, como justificativa, o trabalho escravo. De qualquer forma, é preciso dizer ainda que Temer sobreviveu a duas denúncias contra ele feitas pelo ex-procurador-geral Rodrigo Janot. Como vai entrar em 2018, isso é impossível prever, pois seu ministério pouco mudou e sua assessoria jurídica é a mesma.